

**PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SÃO PAULO**

ÉRIKA PEREIRA DE ARAUJO

**LÍNGUA PORTUGUESA E FORMAÇÃO
UNIVERSITÁRIA: A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DO
PORTUGUÊS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

**SÃO PAULO
2012**

**PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO PUC/SP**

ÉRIKA PEREIRA DE ARAUJO

**LÍNGUA PORTUGUESA E FORMAÇÃO
UNIVERSITÁRIA: A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DO
PORTUGUÊS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de **ESPECIALISTA** no **Programa de Estudos Pós-Graduados: Lato Sensu (Especialização) Magistério do Ensino Superior**, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE, Faculdade de Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Celina Teixeira Vieira.

**SÃO PAULO
2012**

DEDICATÓRIA

**Para João e Marisa, meus pais, que sempre me
acompanharam e incentivaram em todos os projetos da
minha vida.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, o Criador de todas as coisas, que a cada dia renova o nosso ânimo e nos possibilita correr rumo aos nossos objetivos.

Aos professores do curso de especialização Magistério do Ensino Superior, da COGEAE-PUC-SP.

À Prof^a Maria Celina, que com tanta objetividade e ao mesmo tempo paciência, me orientou na elaboração deste trabalho.

EPÍGRAFE

É mister dominar português culto para poder tanto melhor se confrontar.
(DEMO, 2002, P.49)

Pedro Demo

RESUMO

ARAUJO, Érika Pereira de. Língua portuguesa e formação universitária: a importância do domínio do português na formação profissional. Monografia apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados: Lato Sensu (Especialização) Magistério do Ensino Superior, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE, Faculdade de Educação.

A pesquisa teve por objetivo expor fatores que deram origem às deficiências em relação do domínio da escrita da Língua Portuguesa. Analisar como o português é trabalhado nos cursos de graduação, bem como destacar as contribuições que o ensino de Língua Portuguesa acrescenta na formação do graduando como profissional e cidadão. Os resultados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica em livros e principalmente em publicações atuais, disponíveis nos meios eletrônicos, sobretudo em relação à consulta de indicadores de desempenho que denunciam a atual situação da educação básica e superior no Brasil. Uma considerável parcela de jovens brasileiros, deixa a educação básica, sem habilidades mínimas necessárias de leitura, escrita e interpretação, e ainda assim ingressam no ensino superior. O período de ingresso na universidade se apresenta como crítico, principalmente porque uma nova relação com o saber precisa ser construída. Nesta nova modalidade de ensino se deparam com sérias dificuldades na vida acadêmica por não dominar habilidades básicas de língua portuguesa. Algumas instituições de ensino superior têm desenvolvido projetos com aulas de reforço para ajudar os estudantes com déficits educacionais, no entanto essas iniciativas não garantem uma recuperação efetiva por parte do aluno. Em suma, esta pesquisa buscou enfatizar a importância de domínio da língua portuguesa na formação profissional, já que a proficiência na escrita do português pode ser considerado o ponto de partida para o êxito acadêmico e profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Língua portuguesa. Ensino Superior. Formação profissional.

ABSTRACT

ARAUJO, Érika Pereira de. Língua portuguesa e formação universitária: a importância do domínio do português na formação profissional. Monografia apresentada ao **Programa de Estudos Pós-Graduados: Lato Sensu (Especialização) Magistério do Ensino Superior**, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE, Faculdade de Educação.

The research aimed to expose factors that gave rise of the deficiencies in relation of the domain of the written of the Portuguese language. It analyzes how Portuguese is worked in undergraduate courses, as well as highlighting the contributions that the teaching of the Portuguese language added in the formation of graduating as a professional and citizen. The results were obtained by means of literature in books and especially in current publications are available in electronic media, especially in relation to query performance indicators that reveal the current way of basic and higher education in Brazil. A considerable number of young Brazilians, leaves the basic education without minimal skills necessary for reading, writing and interpretation, and still enter in the higher education. The period for entry into the university is very critical, mainly because a new relationship with knowledge needs to be built. In this new mode of education, the students perceive serious difficulties in academic life, because they doesn't domain basic skills in Portuguese. Some higher education institutions have developed projects with private tuition to help students with educational deficits, but these initiatives do not guarantee effective recovery by student. In sum, this research was given emphasis on the importance of the Portuguese language in vocational training, since proficiency in written Portuguese can be considered the starting point for a professional and academic success.

KEYWORDS: Portuguese Language. Higher Education. Vocational training.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 PORTUGUÊS: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR.....	12
1.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO INÍCIO DA EDUCAÇÃO FORMAL NO BRASIL	12
1.2 A DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	13
1.3 A NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO - LDB	15
1.4 O PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO	16
1.5 O ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL	17
1.6 OS ÍNDICES DE DESEMPENHO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL	18
2 OS DESAFIOS DOS INGRESSOS NO ENSINO SUPERIOR	21
2.1 TABELA DE NÍVEIS DE ANALFABETISMO	22
2.2 ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA	24
2.3 OS ATUAIS ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	25
2.4 OS PROGRAMAS DE CARÁTER SUPLETIVO E REPARADOR NAS UNIVERSIDADES	27
3 LÍNGUA PORTUGUESA E FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	29
3.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	30
3.2 A IMPORTÂNCIA DO “ESCREVER BEM” PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL.....	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

Desde a época da graduação, comecei a notar a dificuldade que muitos estudantes enfrentam ao escrever. Quando fiz o estágio supervisionado (componente curricular da licenciatura), pude perceber que é real o fato de muitas crianças e adolescentes já cursando o Ensino Fundamental II e Médio não saberem ler e escrever, e alguns daqueles que sabem decodificar, são na verdade analfabetos funcionais, pois não conseguem interpretar o que leem.

No Brasil, atualmente uma parte significativa dos estudantes chegam ao Ensino Superior sem o domínio da chamada norma culta da Língua Portuguesa.

De acordo com recente pesquisa do Núcleo Brasileiro de Estágios - NUBE (2011), uma das maiores organizações privadas de colocação de jovens no mercado de trabalho, os conhecimentos de português têm sido fator determinante para a eliminação de candidatos na seleção para vaga de estágio. Os recrutadores relatam que há vagas que ficam meses em aberto devido à dificuldade de encontrar candidatos que consigam apresentar um resultado satisfatório ao redigir, interpretar um texto ou ao menos escrever corretamente palavras ditadas. Isso não acontece somente na seleção para a contratação de estagiários, mesmo os egressos dos cursos de graduação têm encontrado dificuldades neste requisito, ao concorrer uma vaga de emprego.

O Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM é outro indicador do fraco desempenho dos estudantes quando o assunto é domínio da norma culta da Língua Portuguesa. De acordo com a matéria publicada no Jornal Estado de São Paulo (2010), na prova do ENEM em 2009, foram medidas as habilidades dos jovens em Língua Portuguesa e interpretação de textos, e essa parte do exame foi a única em que nenhum colégio do país atingiu a média de 700 pontos, em uma escala de 0 a 1.000. Não podemos negar que português é fundamental, muitas pessoas se preocupam com cursos de outros idiomas, mas não costumam dar a devida importância ao conhecimento da Língua materna.

Diante deste cenário, as Universidades se deparam com alunos com essas deficiências que a educação básica não sanou. Em consequência, as disciplinas das grades curriculares de muitos cursos de graduação, nas diferentes áreas, que trabalham com língua portuguesa, não são capazes de suprir o que falta.

As tecnologias da informação trouxeram muitas facilidades, principalmente no que diz respeito ao acesso às informações. Segundo Geraldi (2008) a escola não é mais o lugar para onde se vai para buscar a informação, qualquer professor sabe que os alunos têm mais informação do que eles próprios, pois o conjunto de conhecimentos disponíveis hoje no mundo é de tal ordem que ninguém consegue dominar. Por outro lado, o dinamismo destas informações, pode contribuir para uma orientação e consequente aprendizado superficial. Para Leite (2002) estuda-se “só para passar”. Os livros acabam, muitas vezes, sendo deixados em segundo plano.

As transformações do último século têm exigido dos cursos superiores novas posturas frente ao processo de ensino e aprendizagem, um grande número de Universidades considera necessário implantar programas de reforço para os graduandos, com o objetivo de preencher as lacunas que eram responsabilidade da Educação Básica.

Todas as esferas da atividade humana estão ligadas à utilização da língua, daí a importância do estudo da Língua Portuguesa como meio de atingir objetivos, formando profissionais críticos, com uma formação permeada por um processo reflexivo.

O assunto é polêmico, no entanto pouco se escreveu até hoje acerca desta temática. Uma das pesquisas acadêmicas mais recentes foi feita por Márcio José Pereira de Camargo, professor do Departamento de Letras da Universidade de Sorocaba, e Luiz Percival Leme Britto, Professor Doutor do Programa de Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará. Foi realizada uma pesquisa de levantamento das grades curriculares de vários cursos de graduação “não específicos” da área da linguagem. Os dados levantados mostraram que das 53 instituições pesquisadas, apenas quatro não oferecem a disciplina de Língua Portuguesa, nos cursos pesquisados. Outro ponto importante é que a análise das disciplinas mostrou que os programas de ensino de Língua Portuguesa, nestas instituições, orientam-se por três vertentes: reparadora ou supletiva, instrumental ou tecnicista e discursivo-textual.

O português será o objeto de estudo deste trabalho, com a seguinte questão: *Língua Portuguesa e Formação Universitária: como o ensino de português pode contribuir para a formação profissional?*

A presente pesquisa teve por objetivo expor fatores que deram origem às deficiências em relação do domínio da escrita da Língua Portuguesa. Analisar como o

português é trabalhado nos cursos de graduação, bem como destacar as contribuições que o ensino de Língua Portuguesa acrescenta na formação do graduando como profissional e cidadão.

O trabalho proposto será realizado através de pesquisa bibliográfica. Trata-se de uma pesquisa exploratória, pois através desta destacaremos os possíveis fatores responsáveis pelo problema.

No primeiro capítulo trataremos das falhas que começaram na educação básica, e que têm comprometido a formação do estudante durante todo o seu percurso, pois se a base não for bem formada, todo o resto fica comprometido.

No capítulo 2 abordaremos sobre os programas de caráter reparador ou supletivo, que muitas Instituições de Ensino Superior disponibilizam aos alunos ingressantes na graduação.

Por fim trataremos de assuntos pertinentes à importância do ensino de língua portuguesa para uma formação profissional permeada por reflexão e criticidade.

Visto que as questões aqui expostas são de extrema relevância, não só no meio acadêmico, mas em outras esferas da sociedade, este trabalho poderá contribuir com o debate em torno das relações entre o Ensino de Língua Portuguesa e a formação Universitária, ampliando a base de dados acerca do assunto.

1 PORTUGUÊS: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR.

A disciplina de língua portuguesa é fundamental na educação básica. Tem sido também no ensino superior, neste último, não apenas com finalidade de aprimoramento para o exercício profissional, mas principalmente como ensino de ação supletiva, pois há atualmente muitas evidências que os ingressantes nos cursos de graduação apresentam sérias dificuldades nesta área.

1.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO INÍCIO DA EDUCAÇÃO FORMAL NO BRASIL

Para tratar da realidade na Educação Básica no Brasil, não podemos deixar de citar os principais acontecimentos e transformações desde os primórdios da história da educação brasileira.

De acordo com Sobrinho (2006), o processo de desenvolvimento de uma educação institucionalizada no Brasil iniciou-se com os Jesuítas e a Companhia de Jesus no período colonial. Os padres se dedicavam a formação de professores, e este processo era muito rigoroso, pois eram bem criteriosos na seleção dos conteúdos e das questões que pelos novos professores seriam abordadas, no entanto temos de levar em consideração, que naquela época somente a elite tinha acesso à educação formal.

Após a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, em meados do século XXVIII, foram implantadas as chamadas aulas-rélias, essas aulas eram ministradas na maioria das vezes por professores leigos. Durante muitos anos, prevaleceu no país o ensino leigo, pois a formação inicial de professores, principalmente do professor primário, era em nível médio ou secundário.

O progresso, em termos gerais, só começou no Brasil com a vinda da família Real, em 1808, um marco na história da nação. Segundo Gomes (2008)

Outra novidade foi a introdução do ensino leigo e superior. Antes da chegada da corte, toda a educação do Brasil colônia estava restrita ao ensino básico e confiada aos religiosos. As provas eram ministradas muitas vezes dentro das igrejas, com plateia para assistir ao desempenho dos alunos. Ao contrário das vizinhas colônias espanholas, que já tinham suas primeiras universidades, no Brasil não havia uma só faculdade. D. João mudou isso ao criar uma escola superior de medicina, outra de técnicas agrícolas, um laboratório de estudos e análises químicas e a Academia Real Militar, cujas funções incluíam o Ensino de Engenharia Civil e Mineração. (GOMES, 2008, P. 217)

Durante muito tempo as massas não tiveram acesso à educação básica, este quadro só sofreu modificações a no século XX.

1.2 A DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

O ensino tradicional de português sempre foi mais teórico do que prático. A disciplina *língua portuguesa* foi incluída tardeamente no currículo escolar brasileiro, isso ocorreu nas últimas décadas do século XIX.

Com base no artigo de Pietri (2010), ainda no período colonial, tínhamos o português, a língua geral (prevalecente no cotidiano e originária de línguas do tronco tupi) e o latim. O português não era aprendido na escola como componente curricular, e sim como instrumento para alfabetização. Além da nossa atual língua oficial, naquela época estudava-se o latim, que fundamentava as práticas, no ensino secundário e superior, para o estudo da gramática latina e da retórica.

No século XVII as gramáticas e dicionários já eram produzidos, no entanto, o português não era considerado uma área de conhecimento ao ponto de constituir uma disciplina curricular. Já na segunda metade do século XVIII, as reformas pombalinas, com o intuito de dominar as colônias, intervêm na forma de constituição da disciplina, tornando obrigatório o uso da língua portuguesa no Brasil e proibindo o uso de outras línguas. Mas o objetivo de

saber ler e escrever e conhecer a gramática da língua portuguesa tinha caráter, essencialmente instrumental.

Ainda de acordo com Pietri (2010), durante as primeiras quatro décadas do século XX, com a gradativa perda do valor do ensino de latim, ganhou espaço o ensino da gramática do português. Além disso, o “falar bem”, que não era tão valorizado socialmente, foi substituído pelo “escrever bem”, neste contexto, uma exigência social.

A partir da década de 50, o conteúdo da disciplina língua portuguesa sofreu modificações, em virtude da crescente transformação das condições sociais e culturais, bem como das possibilidades de acesso à escola, do brasileiro. Com a democratização do acesso ao ensino formal, houve a modificação das características do público discente, e também, aumento da demanda por professores. Esse fato resultou em menor seletividade para a contratação destes profissionais, gerando a necessidade de formação rápida de um grande número de professores para atender à demanda, e consequentemente, prejuízo à qualidade de ensino.

Com a criação da Lei 5.692/71, que instituiu as diretrizes e bases da educação nacional, houve um esforço em solucionar os problemas educacionais, o que consolidou a chamada democratização do ensino básico, que teve início em 1950, com a criação de vagas para os desfavorecidos. Outra medida foi o aumento de quatro para oito anos da escolarização básica.

Em 1970, com a intervenção da ditadura militar, ocorreram importantes mudanças em relação ao ensino da disciplina de língua portuguesa. Nesta época a educação foi colocada a serviço do *desenvolvimento*, e o ensino passou a ter caráter pragmático, com o intuito de desenvolver o uso da língua, causando, assim, alterações na disciplina, que teve sua denominação alterada para **comunicação e expressão, com ênfase na teoria da comunicação**. Minimizou-se os conteúdos e conhecimentos próprios ao ensino gramatical tradicional, com o intuito de formar cidadãos aptos para atender às exigências do mercado de trabalho.

Diante do exposto, Pietri (2010) afirma que nesta época a presença da gramática normativa nos livros didáticos foi minimizada, e o dito ensino

tradicional (fundamentado em uma variedade única da língua) não estava vigente, pois o foco era o ensino de leitura com prática mais contextualizada. Essas mudanças permaneceram até meados da década de 80, e após a redemocratização do país, a disciplina voltou a ser denominada *português*.

1.3 A NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO - LDB

Para falar de um cenário mais atual na educação nacional, não podemos deixar de tratar da nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação 9396/96, aprovada durante o Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em complemento à lei 5.692/71, a nova LDB 9396/96 veio com o intuito de acrescentar informações e obrigatoriedades importantes na educação brasileira, pois prega que a educação é um direito de todos e as crianças precisam ter acesso já nos primeiros anos de vida.

Ao lado da nova LDB a lei 11.274/2006 sanciona a alteração do ensino fundamental de 8 para 9 anos.

O Art.32 da LDB 9396/96 fala sobre os objetivos do Ensino fundamental: O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Outra medida que a lei trouxe é o sistema de “aprovação automática”. De acordo com a progressão continuada o aluno passa automaticamente pelas séries, mas é avaliado ao final dos ciclos, aquele que não tem um aprendizado considerado satisfatório acaba passando por um processo de recuperação.

Podemos enxergar um paradoxo entre os objetivos propostos para o Ensino Fundamental e o sistema de progressão continuada, pois se por um lado o referido sistema, de certa forma, resolve o problema de evasão e reprovação dos alunos, sob outra ótica surge a interrogação: será que nessas condições é possível formar um cidadão com pleno domínio das habilidades mencionadas no artigo 32? Esta é uma questão complicada, pois envolve

muitos fatores. Mas de qualquer maneira, a questão central aqui não é a forma como o sistema de progressão continua trabalha, e sim os déficits no ensino de português na educação básica.

1.4 O PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO

Conforme citado anteriormente, a partir da demanda por contratação de mais profissionais para função docente na década de 50, houve uma queda na qualidade de ensino. Esta situação se estendeu ao longo das décadas finais do século XX e atravessa o século XXI.

O constante progresso de democratização de acesso, hoje não somente à educação básica, mas principalmente, à educação superior, trouxe muitos questionamentos acerca da qualidade do ensino no Brasil, principalmente ao que se refere à formação dos profissionais da educação.

Segundo Cintra (2008), o processo de globalização e o fácil acesso aos meios tecnológicos, têm mostrado que o conhecimento antes decorrente da educação formal, hoje ocorre, em parte, por meios informais, num processo permanente e até mesmo desordenado, através das mídias, o que faz com que uma grande quantidade de informações que chega aos indivíduos diariamente provoque superficialidade de conhecimentos ou nenhum conhecimento.

Como estamos tratando especificamente de língua portuguesa, nos focaremos no docente apto a lecionar conteúdos próprios do português.

Ainda de acordo com Cintra (2008), uma grande parcela dos professores que compõe o quadro docente, é composta de profissionais que chega ao exercício da profissão com grandes déficits culturais. Além disso, há uma parte deles que não demonstra nenhum interesse em cursos de capacitação, em informações novas, em evolução nos conhecimentos para o exercício profissional, e ainda deixam transparecer a pouca familiaridade com a leitura:

O contato com o professor do ensino básico permite dizer que ele lê pouco, quer porque não foi formado para ser leitor quer porque não encontra tempo para ler, quer, ainda, porque alega não ter acesso à livros, por falta de

recursos financeiros ou de bibliotecas públicas. (CINTRA, 2008, p.35)

A autora evidencia o pouco prenho dos profissionais que tem como objeto de trabalho a língua portuguesa, e nos faz refletir a respeito das implicações que esta deficiência pode trazer para a qualidade do ensino. Pois podem professores não leitores formar alunos com gosto pela leitura? Questiona Cintra.

1.5 O ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Sabemos que atualmente o acesso à educação básica é direito de todos e dever da família e do Estado (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Art.205)

De acordo com o artigo 22º da nova LDB 9394/96 “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Conforme citado anteriormente, hoje o cenário da educação brasileira conta com um ensino fundamental de 9 anos, e ainda segundo a lei 9394/96 Artigo 32º:

espera-se que os estudantes ao longo deste tempo sejam capazes não só de ler, escrever e calcular, mas também compreender o ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, sem deixar de lado o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores. (LDB: 9306/96, Art. 32º)

Ao ler as entrelinhas da LDB, chegamos à conclusão que para atender a todos os objetivos propostos para o ensino fundamental, é imprescindível que o estudante tenha um bom domínio da leitura e escrita. Estas habilidades são

ponto de partida para o desenvolvimento de muitos outros conhecimentos, principalmente ao que se refere aos conteúdos ministrados na escola.

Atualmente o que podemos visualizar entre os alunos que cursam o ensino fundamental e, pior ainda, entre os egressos do fundamental, é que uma parte significativa destes estudantes não apresenta as habilidades mínimas necessárias quando o assunto é língua portuguesa (leitura, escrita e interpretação). Estes dados podem ser evidenciados nos resultados das avaliações de desempenho, como o Sistema Nacional de avaliação da educação Básica – SAEB. A matéria de *O Globo, publicada em 2007, diz:*

[...] os alunos de 8^a série do ensino fundamental tiraram notas mais baixas no Saeb 2005 em português e matemática, enquanto os da 4^a série melhoraram. Apesar do avanço, as crianças mantiveram desempenho crítico em língua portuguesa, e intermediário em matemática [...] Entre os alunos de 4^a série, o avanço no Saeb em português não foi suficiente para sair do nível crítico: os estudantes têm dificuldade para escrever e compreender textos. (WEBER, O Globo, 2007)

O que pode ser feito para mudar este quadro? Serão as políticas públicas que não estão bem estruturadas? Os professores que precisam tomar algumas medidas para tentar garantir um aprendizado significativo? os alunos não se dedicam suficientemente? ou a família que não presta o apoio e atenção necessária às necessidades educacionais dos filhos?

Questões mais do que complexas, pois todos estes fatores podem, de certa forma, influenciar no desempenho do estudante tanto positiva como negativamente.

1.6 OS ÍNDICES DE DESEMPENHO DO ENSINO MÉDIO

De acordo com matéria publicada no site do Jornal Nacional (2012), um estudo sobre a educação brasileira na última década concluiu que o número de

analfabetos caiu pela metade, no entanto o desempenho dos alunos piorou, até mesmo daqueles que já estão cursando o ensino Superior.

Os indicadores mostram que na última década o desenvolvimento das políticas públicas facilitaram o acesso do cidadão brasileiro à escola, portanto atualmente, infância e adolescência sem escola é praticamente coisa do passado no Brasil.

No Ensino Médio, o total de estudantes que atingiu o nível pleno de alfabetismo caiu de 49% para 35%. Estes números são preocupantes, pois a educação básica está formando jovens cada vez mais despreparados para ingressar no ensino Superior.

Atualmente, com a democratização do acesso aos cursos de graduação, esta chamada mercantilização do Ensino Superior, os critérios de seleção para ingresso nas Universidades privadas são, por assim dizer, muito falhos. O aluno “pagou entrou”, ao passo que não exclui aqueles que não estão bem preparados para ingressar em um curso de graduação, contribui para a formação de um público universitário com grandes déficits de desempenho.

O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, utilizado não só para medir o desempenho dos estudantes do ensino médio brasileiro, mas também como processo seletivo para ingresso nas Universidades, inclusive nas instituições públicas, denuncia as sérias dificuldades dos egressos.

De acordo com os dados publicados no site do Ministério da Educação – MEC (2011) o ENEM evoluiu tanto na participação dos estudantes concluintes das escolas regulares públicas e particulares – de 824 mil em 2009 para 1 milhão em 2010, tanto na média obtida por eles nas quatro provas objetivas. De 2009 a 2010 a média passou de 501 a 511 pontos.

Ainda de acordo com os dados publicados pelo Ministério da Educação (2011), as escolas públicas, responsáveis por 88% das matrículas do ensino médio do país, são maioria entre as que ficaram com nota abaixo da média Nacional. Entre os estabelecimentos de ensino que tiveram desempenho

inferior à média nacional na prova objetiva (511,21 pontos), 96% são públicos. No total, 63% das escolas que participaram do Enem em 2010 ficaram com desempenho inferior à média nacional. Para o então ministro da Educação, Fernando Haddad, a distância entre os resultados é “intolerável” e precisa ser reduzida. Ele avaliou, entretanto, que muitas vezes o baixo desempenho está relacionado não apenas às condições da escola, mas de seu entorno. Haddad na ocasião ponderou:

Às vezes, as condições socioeconômicas das famílias explicam muito mais o resultado de uma escola do que o trabalho do professor e do diretor. E, muitas vezes, as escolas são sobrecarregadas com responsabilidades que não são 100% delas. É muito diferente uma escola de um bairro nobre de uma região metropolitana de classe média, cujo investimento por aluno é dez vezes o investimento por aluno da rede pública, de uma escola rural que atende a filhos de lavradores que não tiveram acesso à alfabetização. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011)

As ponderações do então ministro Fernando Haddad, têm razão de ser, pois o desenvolvimento do estudante pode estar sim relacionado com fatores externos à sala de aula.

Podemos enxergar este cenário como reflexo da educação básica, pois o que não ficou resolvido no decorrer dos anos em que o aluno passou na sala de aula, fica cada vez mais complicado de ser recuperado, principalmente no momento em que o estudante, mais do que nunca, precisa desenvolver sua criticidade para enfrentar os desafios do ensino Superior.

Diante das barreiras que, supostamente, o aluno egresso do ensino básico encontrará na educação superior, as universidades veem a necessidade de implantar programas de reforço para auxiliar os ingressantes que apresentam maior dificuldade. Acerca das questões relacionadas a este assunto trataremos no próximo capítulo.

2. OS DESAFIOS DOS INGRESSOS NO ENSINO SUPERIOR

Para abordar os desafios enfrentados por grande parte dos estudantes ingressantes no ensino superior, é importante falar a respeito do índice de analfabetismo funcional existente hoje no Brasil.

De acordo com o Indicador de Analfabetismo Funcional - INAF, publicados no site do Instituto Paulo Montenegro:

A definição de analfabetismo vem, ao longo das últimas décadas, sofrendo revisões significativas como reflexo das próprias mudanças sociais. Em 1958, a UNESCO definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler e escrever um enunciado simples, relacionado a sua vida diária. Vinte anos depois, a UNESCO sugeriu a adoção dos conceitos de analfabetismo e alfabetismo funcional. Portanto, é considerada alfabetizada funcionalmente a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. (Instituto Paulo Montenegro)

O Indicador tem por objetivo mensurar os níveis de alfabetismo funcional dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, englobando residentes em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do Brasil, quer estejam estudando ou não. A coleta de dados é feita em entrevistas domiciliares e seu processamento é feito por especialistas do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística - IBOPE que oferecem esses serviços gratuitamente em apoio à ação social realizada pelo Instituto Paulo Montenegro.

A matéria que foi ao ar no Jornal Nacional em Junho de 2012, mostrou com base nos números do INAF que o país não está conseguindo avançar no nível pleno de alfabetismo. Somente 26% da população adulta é capaz de ler, entender e interpretar textos longos e também de resolver problemas

2.1 TABELA DE NÍVEIS DE ANALFABETISMO

ANALFABETO	Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.);
RUDIMENTAR	Corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica;
BÁSICO	As pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já lêem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, lêem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de

	elementos, etapas ou relações; e
PLENO	<p>Classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: lêem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparando e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.</p>

Fonte: Instituto Paulo Montenegro

2.2 ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Segundo Belletati (2011), desde a década de 80 percebem-se menores possibilidades do aluno egresso da escola pública ingressar no ensino público superior. Além da diminuição deste público nas universidades públicas, também se observa a concentração destes em cursos de baixa seletividade.

Em 2001, houve o reconhecimento público e oficial das desigualdades de oportunidades à Educação Superior, sobretudo as Instituições Públcas, com isso surgiram ações de inclusão para os segmentos da sociedade de baixa representatividade neste nível de ensino. De acordo com Belletati (2011), em 2008, no Brasil 79 das 236 instituições públicas adotavam ações afirmativas.

No entanto as dificuldades não se resumem as poucas possibilidades de acesso, pois com as ações afirmativas de inclusão, surge em outra questão, os índices de evasão.

A evasão do Ensino superior, para Belletati (2011) “uma das formas de insucesso acadêmico”, pode ser explicada pela junção de vários fatores. De acordo com Moehlecke *apud* Belletati (2007, p. 5 - 6), várias pesquisas mostram “a ocorrência de uma multi-causalidade atribuída à evasão, ou seja, em geral há uma associação de um conjunto de fatores que terminam por levar a evasão e não um em particular”.

Ainda segundo Belletati (2011), a evasão dos ingressantes nos cursos de graduação, pode ser considerada um indicador de dificuldades acadêmicas, essas deficiências se devem a escolarização anterior insuficiente do aluno egresso das escolas públicas e baixas condições socioeconômicas. Para a autora, uma educação básica pública de boa qualidade, poderia contribuir para minimizar os efeitos seletivos na universidade pública brasileira, bem como melhorar o rendimento acadêmico do estudante ingresso, pois este teria uma formação básica que subsidiaria essa nova etapa.

Atualmente notamos que um grande percentual de estudantes egressos do Ensino médio, ingressa nas universidades particulares, devido a menor seletividade, facilitando o acesso ao ensino Superior, mesmo daqueles que não estão “bem preparados”. Os alunos que não podem pagar, recorrem aos programas de inclusão como o Programa Universidade para Todos – PROUNI, criado em 2005 , na gestão do ex – presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Dados do Censo do Ensino Superior 2011 mostram que o número total de estudantes matriculados nos cursos de graduação no Brasil cresceu 5,7% em um ano e chegou 6,7 milhões em 2011.

Assim concluímos que o problema da elitização das universidades públicas, se mostra nos baixos índices de ingresso de alunos com condições socioeconômicas menos favorecidas, na sua concentração em cursos considerados de baixo prestígio, na evasão de parte destes alunos e numa formação que fica muito aquém das funções da formação universitária.

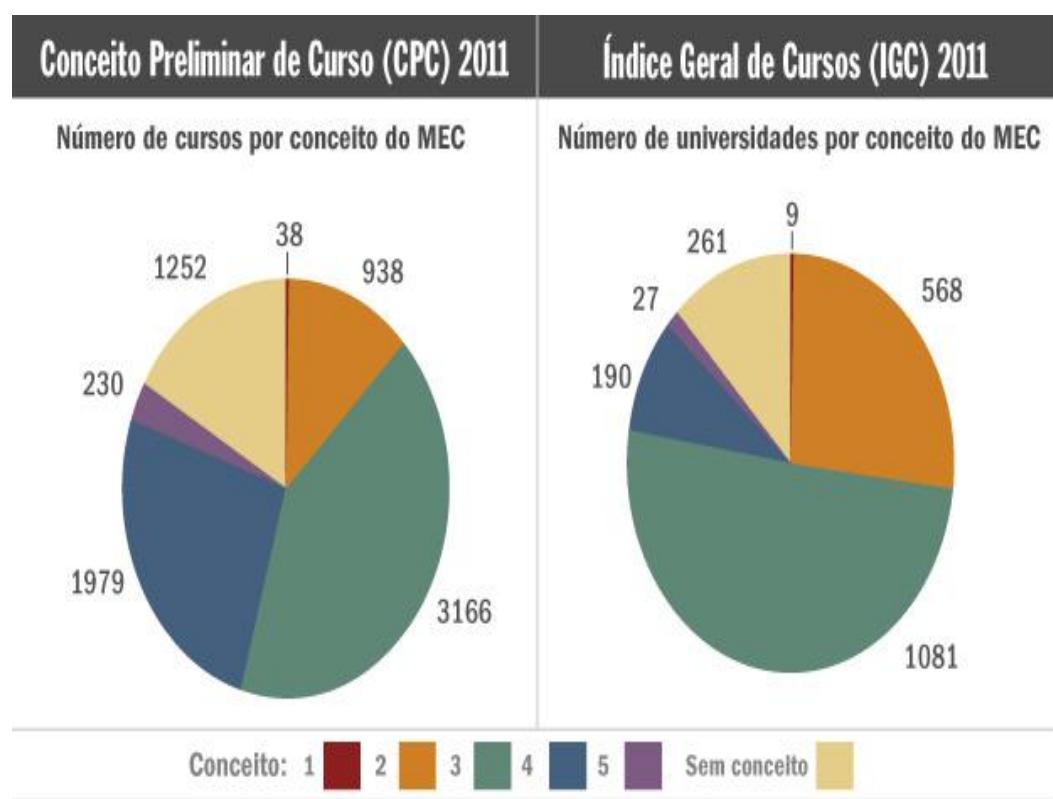
2.3 OS ATUAIS ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

De acordo com a matéria publicada na Revista Veja (2012), o Ministério da Educação - MEC, não aprovou 27% das 2.136 instituições de ensino avaliadas pelo Índice Geral de Cursos – IGC. Essas instituições obtiveram conceitos considerados insuficientes e, segundo o MEC, serão notificadas pelo mau desempenho.

O IGC varia de 1 a 5, as notas 1 e 2 são consideradas insuficientes. Se a instituição “reprovada” não corrigir suas deficiências, melhorando o desempenho nas avaliações seguintes, pode sofrer sanções, que podem determinar a redução do número de vagas ou mesmo o descredenciamento junto ao MEC. O conceito 3, considerado razoável, foi obtido por 50,6% das instituições, 8,9% conseguiram nota 4 e apenas 27% conquistaram o conceito máximo do MEC, a nota 5.

Há uma significativa diferença entre as instituições públicas e privadas. Enquanto 32,6% das públicas obtiveram nota 4, apenas 6% das privadas conseguiram o mesmo conceito. No entanto a situação se inverte quando são analisadas as instituições com conceito 2, pois 37 públicas receberam tal nota, contra 531 privadas.

Ainda de acordo com a matéria publicada na revista *Veja*, além do IGC, o MEC calcula o Conceito Preliminar de Curso - CPC. Este é calculado a partir da análise do desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, da infraestrutura e organização pedagógica, e do corpo docente. Dentre estes itens, o ENADE tem o maior peso na nota final, representando 55% do conceito, enquanto o quesito infraestrutura vale 15% e o corpo docente, 30%.



*Fonte MEC/Inep

2.4 OS PROGRAMAS DE CARÁTER SUPLETIVO E REPARADOR NAS UNIVERSIDADES

Conforme citado anteriormente, com o déficit de aprendizado que os jovens trazem da educação básica, tem sido cada vez mais complicado, acompanhar os conteúdos ministrados na graduação. Muitos alunos não conseguem se desenvolver dentro das disciplinas, sobretudo por falta de compreensão, os textos acadêmicos, quase sempre com linguagem mais elaborada, exigem mais do que um conhecimento de mundo, uma bagagem que o estudante não adquiriu durante os anos em que passou nos Ensinos Fundamental e Médio.

Diante desta situação, algumas universidades públicas e privadas têm adotado programas de caráter supletivo com intuito de subsidiar os ingressantes nos mais diversos cursos. De acordo com o Diário do Nordeste (2012), os alunos de universidades federais que ingressarem por meio do novo sistema de cotas, poderão ter aulas de reforço para acompanhar o conteúdo do curso de graduação. O atual ministro da educação Aloizio Mercadante, afirmou que o ministério estuda um modelo - entre os já adotados em algumas instituições federais - a ser implementado nacionalmente. Para ele esse "reforço pedagógico" tem o objetivo de garantir o "desenvolvimento pleno" desses universitários.

Na instituição em que cursei a graduação, há projetos de reforço para os alunos que apresentam dificuldades em língua portuguesa. No curso de Letras, os alunos melhor preparados atuam como monitores, ministrando aulas de reforço em redação, gramática e literatura, não só para os colegas de curso, mas também para matriculados em cursos distintos.

Não podemos afirmar que estes programas de caráter reparador resolvem o problema, no entanto pude perceber ao observar alguns casos específicos, que ao menos ajudavam aqueles estudantes que apresentavam dificuldades, que os deixavam aquém do exigido pelo curso.

Será que as Instituições de Ensino Superior e os professores podem tomar alguma ação que de fato possa resolver este obstáculo na vida do estudante? Difícil questão, já que é complicado consertar algo que começou errado. É claro que não devemos tratar a educação básica como algo que está errado, mas sim como um setor que está deficiente.

Infelizmente o problema do déficit educacional pode ser considerado um “círculo vicioso”, pois se o aluno sai da educação básica com tais deficiências, é evidente que enfrentará enorme dificuldade na graduação, e na conclusão do curso (quando o conclui), caso não tenha conseguido “correr atrás do prejuízo”, possivelmente encontrará barreiras no mercado de trabalho, que está cada dia mais seletivo e competitivo. Os números das pesquisas de renomadas empresas de seleção de jovens para o mercado de trabalho, como o NUBE, deixa evidente que uma má formação inicial, pode comprometer a vida profissional do estudante.

Para uma formação com aprendizado significativo, é imprescindível que, primeiramente, o estudante seja proficiente nos quesitos leitura, interpretação e escrita da língua portuguesa. No capítulo três veremos as contribuições que o domínio do português “culto” traz à formação dos estudantes.

3. LÍNGUA PORTUGUESA E FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA.

Sabemos que todas as áreas da atividade humana estão diretamente ligadas ao uso da língua. A comunicação é algo imprescindível no cotidiano das pessoas, daí a importância do domínio da língua materna, em muitos casos mais do que o domínio informal da língua falada, que é a que primeiro aprendemos.

Os estudos linguísticos consideram mais a gramática descritiva da Língua Portuguesa, que Bechara (2007) define como: “[...] uma disciplina científica que registra e descreve (daí o ser descritiva, por isso não lhe cabe definir) um sistema linguístico em todos os seus aspectos (fonético-fonológico, morfossintático e léxico)”. Esta forma de estudar o sistema linguístico pode levar às pessoas a enxergarem as normas da língua (gramática normativa) como “vilãs”.

Possenti (2006), no excerto abaixo, disserta sobre as variações da Língua:

[...] todas as línguas variam, isto é, não existe nenhuma sociedade ou comunidade na qual todos falem da mesma forma. A variedade linguística é o reflexo da variedade social e, como em todas as sociedades existe alguma diferença de status ou de papel entre indivíduos ou grupos, estas diferenças se refletem na língua. (POSSENTI, 2006, p. 34-35)

De acordo com Bechara (2007), a gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos. Embora este conhecimento linguístico seja visto como maçante e difícil, por muitas pessoas, é essa forma de domínio da língua cobrada nos vestibulares, concursos, seleções para emprego, e nas situações formais da vida profissional.

Imaginemos um advogado ao elaborar uma petição para apresentar ao juiz de direito. Este profissional precisa, no mínimo, dominar a norma culta da língua portuguesa, além dos usos de vocabulário próprios do ofício, sem falar no saber desenvolver um texto deste gênero, em que o poder de argumentação se faz primordial, pois se trata de uma situação essencialmente formal.

Da mesma forma, podemos citar um administrador de empresas ao redigir documentos específicos, como cartas, termos, contratos e etc. Ou ainda um vendedor, ao negociar com o cliente, uma venda através de e-mail. Em todas estas situações formais se faz necessário o domínio “correto” da forma escrita da língua portuguesa.

Agora nos perguntamos: como é possível ser proficiente na escrita da língua portuguesa, considerando as normas gramaticais exigidas? Decorar regras gramaticais não é o único caminho, é necessário mais do que isso, uma prática muito importante, e que só tem a agregar, aumentando a bagagem do indivíduo, é a leitura.

3.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

É com frequência que ouvimos falar sobre a importância da leitura na nossa vida, sobre a necessidade de se cultivar o hábito de leitura desde cedo, e ainda acerca do papel da escola na formação de leitores competentes. Sobre este tema, os Parâmetros Curriculares Nacionais cita:

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um processo ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria da educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998, p.69-70).

O leitor de um texto realiza a atividade de processamento textual. Segundo Koch (2007), para que este processamento textual ocorra, recorremos a três grandes sistemas de conhecimento:

- Conhecimento Linguístico: contempla o conhecimento gramatical e lexical, que compreende a organização do material linguístico na superfície textual, o uso dos recursos coesivos e a seleção lexical adequada ao tema.
- Conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo: refere-se a conhecimentos gerais sobre o mundo, bem como a conhecimentos alusivos a vivências pessoais, permitindo a produção de sentidos.
- Conhecimento interacional: refere-se às formas de comunicação por meio da linguagem.

Em suma, somente para realizar a leitura de um texto, dos mais variados gêneros, o leitor precisa, inicialmente, destas habilidades para que seja considerado um leitor proficiente. À medida que a leitura se torna um hábito, o indivíduo vai desenvolvendo tais habilidades.

Para adquirir o domínio da forma escrita da língua portuguesa, é necessário ser um leitor competente, pois a leitura é crucial no desenvolvimento do ser humano, já que contribui para o enriquecimento do vocabulário e ampliação do conhecimento de mundo, além disso, ajuda a dinamizar o raciocínio e a interpretação.

3.2 A IMPORTÂNCIA DO “ESCREVER BEM” PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Como citado no texto acima, a leitura oferece subsídios para o “escrever bem”. A comunicação escrita é um dos cartões de visita das empresas e de seus colaboradores, por isso é necessário evitar escrever errado ou de forma pouco objetiva.

Segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional – INAF, entre os estudantes do ensino superior, 38% não dominam habilidades básicas de leitura e escrita. Para Azevedo (2012): “o indicador reflete o expressivo crescimento de universidades de baixa qualidade”.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, cerca de 30 milhões de estudantes ingressaram no ensino médio e superior entre 2000 e 2009, o que pode ser considerado positivo, pois possibilitou a difusão da educação em vários estratos sociais, por outro lado a qualidade do

ensino caiu por conta do crescimento acelerado. Azevedo (2012) comenta: “Algumas universidades só pegam a nata e as outras se adaptaram ao público menos qualificado por uma questão de sobrevivência”.

A realidade da educação brasileira está muito aquém do esperado. Segundo Azevedo (2012), “No mundo ideal, qualquer pessoa com uma boa 8.^a série deveria ser capaz de ler e entender um texto ou fazer problemas com porcentagem, mas no Brasil ainda estamos longe disso.”

Essa situação poderia ser modificada com a melhoria na qualidade de educação básica, para formar jovens bem preparados. Mas o que fazer para ajudar na formação daqueles estudantes que tiveram uma formação básica deficiente? As universidades não conseguem, em curto prazo, preencher as lacunas, pois o período em que os estudantes cursam as disciplinas pertinentes aos cursos, é geralmente limitado.

Os projetos que algumas IES desenvolvem, oferecendo aulas de reforço, deveriam ser repensados. Em relação à disciplina de língua portuguesa, objeto deste estudo, é importante não se restringir a conteúdos com exercícios gramaticais como análise sintática e morfológica, porque embora sejam de grande valia e tenham muito a agregar, há estudantes que não sabem como aplicar em seu cotidiano acadêmico e profissional.

É preciso pensar e colocar em prática um ensino contextualizado, de acordo com a realidade do aluno. Criar projetos com aulas de revisões com conteúdos sobre gêneros textuais, recursos coesivos, sobretudo, incentivando a leitura e a produção de textos.

O incentivo a leitura e o domínio da escrita, possibilitam ao estudante conquistar um aprendizado significativo, o que é o ponto de partida para a formação de profissionais capazes de desenvolver reflexão crítica, e assim exercer o papel de cidadão consciente, um indivíduo capaz de compreender a sociedade e cultura na qual está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado teve por objetivo expor fatores que deram origem às deficiências em relação do domínio da escrita da Língua Portuguesa. Analisar como o português é trabalhado nos cursos de graduação, bem como destacar as contribuições que o ensino de Língua Portuguesa acrescenta na formação do graduando como profissional e cidadão.

Desde o início da colonização no Brasil, as massas não tinham acesso à educação básica, pois ensino formal era uma realidade apenas das elites. Este quadro só sofreu modificações no século XX.

Conforme citado no primeiro capítulo desta monografia, nas primeiras décadas do século XX, o “escrever bem” já era uma exigência social. Com o passar dos anos e a crescente demanda rumo ao ingresso na educação formal, o número de profissionais da educação cresceu e a urgência pela formação rápida destes profissionais, já nesta época, causou a queda na qualidade de ensino.

Considerando o contexto atual, podemos dizer que um considerável percentual de professores chega ao exercício da profissão com grandes déficits culturais, concluímos que entre estes, há profissionais que também tiveram uma formação aquém do esperado.

As deficiências que começaram na base podem ser mensuradas através dos alunos do ensino fundamental e médio, que não demonstram habilidades mínimas necessárias quando o assunto é língua portuguesa. O baixo desempenho dos estudantes em todas as modalidades da educação básica pode ser atribuído não somente à escola, mas às condições socioeconômicas dos alunos, pois o desenvolvimento do estudante está relacionado também às condições externas à sala de aula.

É importante ressaltar que existe o sistema de progressão continuada. Este se propõe a resolver os problemas de evasão e reprovação dos alunos da rede pública de ensino, por outro lado traz interrogações acerca da qualidade do rendimento escolar dos estudantes, já que, de certa forma, favorece a aprovação destes, mesmo com desempenho considerado insatisfatório.

Outro fator de grande relevância são os dados sobre o desempenho dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, que denunciam a atual situação do público egresso do ensino médio, prestes a ingressar nos cursos de nível superior. Se o desempenho neste ícone de avaliação fosse determinante para o ingresso em todas as instituições de ensino superior, inclusive nas privadas de baixa seletividade, onde “pagou entrou”, uma considerável parcela de estudantes seria considerada inapta para cursar a graduação.

A progressiva democratização de acesso à educação formal, hoje, principalmente ao que se refere ao ensino superior, trouxe vários questionamentos referentes à qualidade desta modalidade de ensino no Brasil. Os indicadores de desempenho do ensino superior brasileiro também mostram dados alarmantes, conforme citado no capítulo dois, o Ministério da , na última avaliação, não aprovou 27% das universidades avaliadas.

A baixa seletividade para ingresso nas universidades particulares contribuiu para a crescente procura por este tipo de instituição. Com candidatos cada dia menos preparados, a diminuição das possibilidades de acesso de alunos egressos da escola pública nas universidades públicas, devido às desigualdades de oportunidades, trouxe a chamada elitização das universidades públicas, que pode ser percebido nos baixos índices de ingresso de alunos com condições socioeconômicas menos favorecidas, na sua concentração em cursos considerados de baixo prestígio, na evasão de parte destes alunos e numa formação que fica muito aquém das funções da formação universitária.

Algumas universidades já implantaram programas de reforço com o intuito de subsidiar os alunos ingressantes que trazem consigo dificuldades no

desenvolvimento acadêmico como reflexo de uma má formação básica. Foi criado recentemente um programa de reforço exclusivamente para os alunos cotistas, que ingressarem nas universidades federais, já prevendo que estes estudantes ingressantes por meio de um sistema de inclusão, devido ao contexto socioeconômico e cultural nos quais estão inseridos, apresentarão sérias dificuldades para acompanhar as exigências acadêmicas. Atualmente, o Ministério da Educação - MEC estuda também um modelo de “reforço pedagógico” a ser implementado nacionalmente.

Visto que as lacunas de conhecimentos básicos, atribuídas à baixa qualidade do ensino básico público, se constituíram em outro empecilho para um bom desempenho acadêmico, o índice de evasão entre os universitários com condições socioeconômicas desfavoráveis se faz crescente, principalmente entre os jovens que estudam nas universidades públicas.

O domínio da leitura e da escrita é o ponto de partida para o desenvolvimento de muitos outros conhecimentos. Esta habilidade está frente às necessidades dos estudantes para a continuidade dos estudos, além de ser um pré-requisito na seletividade do mercado de trabalho. Embora falar uma segunda língua seja muito importante, dominar a norma padrão da língua portuguesa se faz mais do que necessário.

O recorte que se fez, identificando as dificuldades percebidas em alunos ingressantes nos cursos superiores, se apresentaria como ponto de partida para uma formação contínua que exigiria maior abrangência, e assim formar profissionais capazes de refletir criticamente, para o exercício pleno da cidadania.

A abordagem superficial na aprendizagem não possibilita bons resultados, por outro lado o incentivo à prática da leitura, bem como o domínio da escrita, possibilita ao estudante conquistar um aprendizado significativo. Portanto, o presente trabalho sugere a prática de um ensino contextualizado, sobretudo de língua portuguesa, já que sua forma escrita é utilizada nas práticas da maioria das profissões.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática portuguesa*. 38^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- CINTRA, A. M. M. *A leitura na educação continuada: uma reflexão*. In: Ensino de Língua Portuguesa: reflexão e ação. São Paulo: EDUC, 2008.
- DEMO, Pedro. *Mitologias da Avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas*. 2^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- GERALDI, J. W. *Correlações entre as situações políticas e as preocupações com a língua portuguesa*. In: CINTRA, A. M. M. *Ensino de Língua Portuguesa: reflexão e ação*. São Paulo: EDUC, 2008.
- GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.
- KOCH, Ingodore Villaça, ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- LAJOLO, M. ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. 3^a ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LEITE, Denise. *Aprendizagens do estudante universitário*. In: Universidade Futurante: produção do ensino e inovação. 2^a ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- PÁDUA, E. M. M. *Metodologia de Pesquisa: Abordagem teórico-prática*. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- PÉCORA, Alcir. *Problemas de redação*. 6^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
- RODRIGUES, D. B.; MENDES SOBRINHO, J. A. C. M. *A formação de professores no Brasil: aspectos históricos*. In: In: MENDES SOBRINHO, José A. de C.; CARVALHO, Marlene A. de (Org.). *Formação de professores e práticas docentes: olhares contemporâneos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SUASSUNA, Lívia. *Ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

CAMARGO, M.J.P. BRITTO, L.P.L. *Vertentes do Ensino de Português em cursos superiores* In: *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*. Campinas: vol.16 nº 2 Sorocaba Jul. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 31 mar. 2012

CAMPOS, Evelyn. *Passaporte para o emprego*. Jornal da Comunidade. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.nube.com.br/imprensa/noticia>> Acesso em: 24 Ago. 2012

Caderno de resumos SIELP, 2011. Disponível em: <<http://www.ileel.ufu.br/sielp2011/arquivos/CadernodeResumosSIELP.pdf>> Acesso em: 31 out. 2011

MAZZITELLI, Fábio. *Desempenho em Português puxa média do Enem para baixo*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>> Acesso em: 25 mai. 2012

PIETRI, E. *Sobre a constituição da disciplina curricular de Língua portuguesa*. In: *Revista Brasileira de educação*. V. 15, n. 43, p. 70-84, jan./ abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n43/a05v15n43.pdf>> Acesso em: 24 Ago. 2012.

Ministério da Educação. *Mec divulga desempenho no ENEM*. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/09/12/desempenho-de-estudantes-nas-provas-do-enem-tem-evolucao-de-10-pontos-em-um-ano>> Acesso em: 30 Set. 2012

Instituto Paulo Montenegro. *Inaf – Indicador de Analfabetismo Funcional*. 2012. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por> Acesso em: 02 Out. 2012

Jornal Nacional. *Cai pela metade número de analfabetos, mas desempenho de alunos piora*. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/07/cai-pela-metade-n-de-analfabetos-mas-desempenho-de-alunos-piora.html>> Acesso em: 03 Out. 2012

FIUZA, Elza. *MEC ‘reprova’ 577 instituições de ensino superior*. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/mec-reprova-577-instituicoes-de-ensino-superior>> Acesso em: 05 Jan. 2013

CASTRO, Gabriel. *Número de universitários brasileiros cresce quase 6%.* (2012)

Disponível em:<<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/numero-de-matriculados-no-ensino-superior-cresceu-5-7-em-2011>>

Acesso em: 05 Jan. 2013

Universidades federais podem ter programa de reforço para novos cotistas, diz ministro. 2012.

Disponível em:

<<http://diariodonordeste.globo.com/noticia.asp?codigo=346699&modulo=964>>

Acesso em: 06 Jan. 2013

AZEVEDO, Reinaldo. *A universidade da Era Apedeuta – No ensino superior, 38% dos alunos não sabem ler e escrever plenamente.* 2012.

Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-universidade-da-era-apedeuta-no-ensino-superior-38-dos-alunos-nao-sabem-ler-e-escrever-plenamente/>>

Acesso em: 07 Jan. 2013.

DOCUMENTOS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 5692, de 11 de Agosto de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 Ago. 1971.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de Outubro de 1988. 42ª ed. São Paulo: Saraiva 2009.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria da educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998, p.69-70.